Digesto Econômico, ano X, nº 111, fevereiro/1954, pp. 78-83

COMUNIDADE LUSÍADA

J. P. Galvão de Sousa

Assinala-se a presente crise da humanidade por uma quebra dos valores fundamentais da vida humana. A razão de ser do homem, o fim para que foi criado, o sentido da dignidade e da honra, até mesmo a distinção entre o bem e o mal se obliteraram na consciência de muitos. A descristianização do ocidente vem acarretando uma verdadeira desumanização. O bom senso e a honestidade natural do pensamento pagão anterior à cristianização da sociedade ocidental — num Sócrates ou num Aristóteles, num Cícero ou num Sêneca — nem isto mais se encontra nas afirmações típicas do pensamento moderno.

O mesmo se diga do senso estético na arte moderna. A arte ou é a imitação, ou a sublimação da natureza. De maneira nenhuma, a sua deformação, como se vê entre os expositores das Bienais, que procuram deliberadamente o feio, o grotesco, o infranatural — quando não o preternatural diabólico — para motivos de suas obras.

Há um negativismo radical, um repúdio de todos os valores, uma total subversão das categorias com que se estava habituado a pensar normalmente.

Esta desagregação mental começou, na história do pensamento, com a crise nominalista, recebeu um impulso decisivo da filosofia cartesiana e se acentuou sobremaneira depois de Kant.

Daí provém, embora muitas vêzes reagindo contra as correntes que imediatamente o precederam, o chamado existencialismo.

O existencialismo não é um sistema, nem mesmo um conjunto de tendências homogêneas. O mesmo rótulo tem servido para designar correntes filosóficas materialistas ou espiritualistas. Posições existencialistas há que se enquadram em certas teses da filosofia antiga ou da escolástica medieval. Mas aqui me refiro à atitude existencialista em face da vida, pelo menos à que mais tem caracterizado a inovação introduzida pelos adeptos da filosofia existencial: o engolfar-se na existência, com o desprendimento ou até a negação radical da própria essência.

O "existir" prescindindo-se da finalidade externa (do "para que" se existe) e consequentemente da interna (conservação da existência), a qual só pela externa se justifica, é negação completa do sentido da vida. É um mero deixar-se levar. Só a consideração da essência humana pode conduzir ao conhecimento do "para que" se existe, conhecimento êste que possibilita realizar plenamente a essência. Assim, Aristóteles, verificando ser a inteligência a faculdade superior do homem, deduzia daí que na contemplação da verdade está para o homem o sumo bem.

A vida dos povos frequentemente se reduz também a um simples deixar-se levar. Há um existencialismo coletivo. É o dos povos que perderam o sentido da sua essência his-

tórica, desgarrando-se dos elementos fundamentais da sua tradição. Na vida das sociedades, a tradição constitui algo de medular e profundo, elemento definidor por excelência do caráter nacional. Razão pela qual se tem falado na "alma das nações".

A consciência dos valores históricos é a fôrça dos povos, é o que faz descobrir o sentido da nacionalidade, é a fonte do autêntico patriotismo. Reside êste não simplesmente no amor ao torrão natal e ao povo a que pertencemos, mas ainda à nação de que provimos. E NAÇÃO — de nasci (nascer) — não é apenas categoria biológica ou racial, é sobretudo categoria histórica. Expressando-a sentimentalmente, a PÁTRIA significa para nós muito mais do que a terra pátria e a gente patrícia que a habita: engloba as gerações que nos precederam, faz-nos sentir as alegrias e as amarguras dos nossos ancestrais, revivendo em nós seus sofrimentos e seus triunfos. O verdadeiro patriotismo, longe de ser uma simples manifestação de sensibilidade afetiva, decorre da compreensão dos fins superiores da nacionalidade, da sua vocação histórica.

É alarmante, no Brasil, o pouco caso que se dá à formação de uma consciência cívica autênticamente nacional, brasileira. Somos por índole um povo generoso, aberto demais ao estrangeiro, tantas vêzes propenso a diminuir o valor do que é nosso e a exaltar os feitos alheios. E quando se procura algum sinal de patriotismo, não raro se encontram demonstrações exuberantes de "patriotadas" louvando as côres da bandeira, os gorjeios dos pássaros ou o volume d'água do rio Amazonas. Em face do que se convencionou chamar o "ufanismo", como expressão do patriotismo brasileiro, homens dados a refletir e insensíveis a explosões sentimentais têm acabado céticos no concernente às razões da grandeza da pátria. Quantos dêles, percorrendo a nossa história, não a abandonam desiludidos, quase reduzindo as glórias do nosso passado a algo de fictício, assim como, por exemplo, na história da revolução de 30, a batalha de Itararé, que deveria ter sido o seu episódio épico e afinal não se realizou.

Não sabemos ler a nossa história, não sabemos apreender-lhe o verdadeiro sentido, não sabemos sequer onde estão as nossas origens

E que dizer da história ensinada através de manuais e compêndios, ou das comemorações de feriados nacionais nas festas escolares e nas legendas jornalísticas?

Uma revisão da história se impõe entre nós, como elemento indispensável para a grande tarefa de desper-

tar a consciência da nacionalidade. Elemento prévio, necessàriamente requerido por tudo quanto se venha a fazer a fim de levar avante tão urgente e imperioso empreendimento.

Essa revisão deve começar pelo estudo mais acurado de nossas origens lusitanas. A cultura brasileira é a que os portuguêses implantaram na América. Fora disso, não tem sentido, não existe. Instrumento de expressão dessa cultura continua a ser a língua portuguêsa, não obstante os desmazelos e modernismos dissolventes de quantos querem diferenciar dela uma pretensa língua brasileira, que não passa de "capa de pedinte", segundo o dito de Rodrigues Lôbo, servindo para encobrir o desamor ao que é nosso, a preguiça intelectual ou a estultice dos novidadeiros.

Nossa cultura é a cultura luso-brasileira e nossa história precisa ser narrada desde os seus primórdios portuguêses. Não é evidentemente na pré-história dos indígenas que vamos encontrar o fundamento da nacionalidade, mas na história dos nossos antepassados lusos, que souberam, depois de 1500, assimilar o gentio americano e mais tarde também o elemento africano, transmitindo aos seus descendentes essa admirável capacidade de assimilação em que nenhum povo excedeu nem mesmo igualou ao português, capacidade graças à qual pudemos integrar na nacionalidade os imigrantes europeus.

Muitas vêzes tenho ouvido de Arlindo Veiga dos Santos, em cujas veias corre o sangue das três raças chamadas por alguém, num momento de mau humor, raças tristes, tenho ouvido dêsse espírito eminentemente lusista, por ser profundamente brasileiro: "A história do Brasil começa em Guimarães!"

Eis a verdade que precisa ser ponto de partida para a revisão histórica de que carecemos.

Outra tese básica para dissipar a cortina de fumaça da história oficial ou oficiosa, outra verdade histórica a restaurar é a que, para os povos da América espanhola, o ilustre historiador argentino Ricardo Levene, entre muitos outros, se encarregou de tornar patente: jamais fomos uma colônia, no sentido próprio da palavra.

Las Indias no eran colonias, demonstra-o Ricardo Levene no pequeno mas substancioso volume que traz êsse título. E sendo presidente da Academia Nacional de História, propôs que se suprimisse a denominação "colonial" dada ao período de dominação espanhola na História Argentina, proposta esta aprovada em sessão de 2 de outubro de 1948 realizada por aquêle instituto. As Indias não eram colônias ou feitorias e sim províncias, conforme a denominação da **Recopilación de Leyes de Indias**. Desde o século XVI, as expressões usuais nos textos do direito indiano são: Províncias, Reinos, Senhorios, Repúblicas ou territórios de Ilhas e Terra Firme incorporados à Coroa de Castela e Leão. A linguagem sempre correspondeu à realidade, pois aquêles domínios não se achavam na situação de inferioridade jurídica própria dos povos sujeitos a um estatuto colonial.

O que se diz da obra civilizadora da Espanha na América vale igualmente, e até com razões mais fortes, para a de Portugal. Com efeito, além

de termos sido integrados no Império luso, desde os albores da nacionalidade, aplicando-se aqui a mesma legislação das Ordenações, transplantando-se para o Brasil as instituições portuguêsas, garantindo-se a administração da justiça e as franquias municipais, além de tôdas essas regalias concedidas desde o primeiro século brasileiro, chegamos a constituir um só Reino com Portugal, sendo a nossa soberania assim reconhecida pelo Congresso de Viena. E é bem sabido que a intenção de D. João VI, ao transferir a Côrte para o Rio, pondo em execução um plano já concebido várias vêzes por antecessores seus, foi a de criar um grande Império com sede nestas margens do Atlântico, império que teria continuado a sua rota histórica se as lojas maçônicas não obrigassem o soberano a voltar para Lisboa e se a Constituinte portuguêsa, dominada pelo hipócrita liberalismo dos pedreiros livres, não houvesse humilhado os brasileiros, pretendendo retirar-lhes as liberdades que El-Rei soubera reconhecer e assegurar.

Feita a nossa separação política em 1822, é explicável, nos primeiros anos de vida que se seguiram, um certo chauvinismo antilusitano, produto das circunstâncias políticas, alimentado por fôrças manipuladoras da opinião pública e de maneira nenhuma oriundo de reações espontâneas da consciência popular.

Deu-se então, com o Brasil, o mesmo que com os povos vizinhos e irmãos da América espanhola. A influência das idéias estrangeiras começou a dominar as elites, refletindo-se particularmente na organização política, na obra legislativa a cargo dos bacharéis imbuídos de doutrinas francesas ou fascinados com os exemplos dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Muito mais ligados estávamos às instituições portuguêsas e à história de Portugal do que as colônias inglêsas do norte do continente às instituições e à história da sua Mãe-Pátria. Entretanto, souberam estas, depois de constituídas em Estados independentes, manter a continuidade histórica e espiritual com a Inglaterra. Adotaram novas formas políticas, tendo em vista a formação social por que haviam passado, mas estas inovações não impediram que a cultura anglo-saxônia de aquém e além-mar continuasse a representar uma certa unidade, que infelizmente deixou de existir entre Portugal e o Brasil, como também entre a Espanha e os países pertencentes antes aos seus vice-reinados na América.

É certo que essa ruptura histórica teve no Brasil uma atenuante — graças à qual foi possível manter a nossa unidade e instaurar a ordem imperial, em contraste com a fragmentação dos vice-reinados espanhóis e as convulsões políticas das repúblicas hispano-americanas. Tal atenuante, servindo para amortecer consequências desastrosas de um violento desvio na nossa marcha histórica, foi a preservação da forma de govêrno monárquica, aliás desejada para os povos vizinhos pelos Libertadores, a começar por Bolívar. Além disso, beneficiamo-nos com a continuidade dinástica, na pessoa do nosso primeiro Imperador.

Vantagens que não soubemos apreciar devidamente. O mito da vocação republicana das Américas colocar-

nos-ia, depois de 1889, em face da mesma e angustiosa problemática política dos povos da América espanhola. Não soubemos conservar o que era um privilégio assegurador da nossa respeitabilidade, do prestígio do país no concêrto das nações. Sempre nos perdemos por êsse mau vêzo de depreciar o que é nosso e viver imitando o estrangeiro. Assim cada vez nos fomos distanciando da nossa autêntica formação cultural, fomos perdendo o sentido da nossa história e o aprêço às nossas tradições. Por isso Gilberto Freyre vem dizer hoje que a civilização luso-brasileira é uma civilização em perigo. Periclitando aquilo que constitui a nossa essência histórica, é a própria nacionalidade brasileira que ameaça desaparecer.

Para conjurar essa ameaça fatal, cumpre, pois, reparar os alicerces da brasilidade na consciência dos brasileiros. É o que se pode esperar da obra de retificação da nossa história.

E depois cumpre continuar. Isto é: continuar a História. É a tarefa das gerações presentes. É a relevante emprêsa que o Estado deve orientar, por ser o Estado o órgão supremo instituído para assegurar o bem comum da Nação na ordem temporal.

O Estado precisa identificar-se com os objetivos da Nação, sob pena de tornar-se fàcilmente um instrumento da antinação. Os povos menos entranhados nas suas tradições são também os que menos resistem às ofensivas antinacionais, as quais hoje em dia não procedem apenas do internacionalismo comunista, mas ainda de certas formas de super-estado mundial ou planos de república universal elaborados no ocidente.

Essa resistência, fruto do tradicionalismo nacional autêntico, nada tem que ver com os nacionalismos agressivos, imperialistas e totalitários gerados pelos erros filosóficos modernos. Pretendendo deificar a Nação e transformar hegelianamente o Estado num valor absoluto,tais nacionalismos representaram por tôda parte onde explodiram tremendos equívocos para alguns patriotas sinceros que se deixaram enganar. Depois da guerra das democracias contra os Estados totalitários — cujo resultado, em favor daquelas, foi alcançado graças ao apoio do mais totalitário dos Estados — e em seguida à confusão babélica do após-guerra, vimos, em muitos países, a prevalência de um certo democratismo cosmopolita sôbre uma legítima política nacional.

Cabe ao Estado, especialmente nas épocas de crise e diante das fôrças solapadoras da nacionalidade, dirigir a Nação nos rumos da história. Proporcionar os elementos para a formação de uma consciência cívica nacional é função do Estado, tanto quanto defender o patrimônio material da Nação. Daí não se deduza errôneamente que o Estado deva dirigir o pensamento, encampar a imprensa, monopolizar o ensino ou exercer atividades industriais suprimindo as emprêsas particulares. Estas práticas totalitárias começaram com o liberalismo, quando negou a função social da Família e afastou a Igreja da vida pública, passando assim ao Estado funções próprias dos pais ou da autoridade religiosa. Ao Estado não cabe educar, pois a educação, no sentido próprio, é tarefa de plasmar almas, missão da Família e da Igreja. A escola deve com-

pletar a tarefa educativa da Família, e ao Estado compete precisamente assegurar as condições para que se respeite essa ordem natural e para que a escola seja deveras uma continuação do lar.

A moral leiga, instituída pelo Estado e imposta às escolas públicas, traz em si o germe do totalitarismo, pois erige o Estado em senhor das consciências.

Quando, pois, digo que o Estado deve orientar a formação da consciência nacional, longe de mim o querer atribuir-lhe as funções pedagógicas que lhe conferem os regimes liberais e totalitários em detrimento da legítima e insubstituível atuação da Igreja e da Família na formação da personalidade.

Mas o fato é que ao Estado, nas circunstâncias atuais, incumbe de um modo especial preservar e fortalecer os valores da cultura nacional, tomando-se aqui a "cultura" no sentido amplo que lhe dá a sociologia contemporânea e não apenas no sentido restrito, concernente à formação intelectual.

Nesses têrmos, devemos aplaudir calorosamente o recente ato dos governos brasileiro e português, visando a estabelecer um mais perfeito e íntimo entendimento entre Portugal e o Brasil para retomarem juntos a sua tarefa histórica.

O Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, assinado no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1953, poderá ter consequências de grande alcance no futuro de nossos povos. Nos seus considerandos são invocadas as "finalidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguêsa", expressando-se ainda o "desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo".

A equiparação entre portuguêses e brasileiros, dentro do permitido pelas normas constitucionais de um e outro povo, as facilidades previstas nas esferas comercial, económica, financeira e cultural, a obrigação assumida de se consultarem as Altas Partes Contratantes sôbre os problemas internacionais de seu manifesto interêsse comum, tudo isso dá ao Tratado em aprêço uma significação que excede de muito aos acordos comerciais e culturais firmados até aqui pelos governos do Brasil e de Portugal.

Esperemos que, devidamente ratificado, tenha êste Tratado de Amizade e Consulta a execução que merece. As condições económicas e geopolíticas do Brasil, de Portugal e do Império português na Africa, unidas à formação espiritual dos nossos povos e às suas raízes históricas, impelem a Comunidade Lusíada, agora reconhecida num documento oficial, para uma posição de vanguarda na defesa do Ocidente e na política do Atlântico.

Saudemos, pois, com alegria e esperança, o recente Tratado. Procuremos despertar entre nós, brasileiros, a consciência dessa Comunidade, a que pertencemos por uma predestinação tão claramente patenteada ao longo da história e nas circunstâncias presentes do mundo.